



# O RACISMO E O PACTO DA BRANQUITUDE NA ATUAÇÃO DA MANUTENÇÃO DO PRIVILÉGIO BRANCO

## RACISM AND THE PACT IN THE MAINTENANCE OF WHITE PRIVILEGE

Daniane Rafaela de Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo desse artigo é mostrar um recorte de minha pesquisa de mestrado iniciada em 2021 pelo Programa Interdisciplinar em Linguística Aplicada da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). No tocante ao tema das relações étnico-raciais, pretendo fazer uma breve análise da forma como o racismo e o pacto da branquitude contribuem com a manutenção do privilégio branco. Assim, baseando-se nos estudos de Cida Bento (2022), este trabalho justifica-se pelo impacto que o racismo causa nas diferentes formas de relações desenvolvidas na sociedade ao longo da história, e que necessitam ser analisadas e evidenciadas para a compreensão do funcionamento das dinâmicas sociais que corroboram com a desigualdade e com a opressão da população negra. Mostra-se, assim, como o pacto da branquitude vem se desenvolvendo em prol de um mundo brancocêntrico e baseado em hierarquias de raças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Pacto da branquitude. Privilégio branco.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to present a section of my master's research initiated in 2021 by the Interdisciplinary Program in Applied Linguistics at UFRJ (Federal University of Rio de Janeiro). Regarding the theme of ethnic-racial relations, I intend to make a brief analysis of how racism and the pact of whiteness contribute to the maintenance of white privilege. Thus, based on the studies of Cida Bento (2022), this work is justified by the impact that racism causes in the different forms of relationships developed in society throughout history, and which need to be analyzed and highlighted in order to understand the functioning of the social dynamics that corroborate the inequality and oppression of the black population. Thus, it shows how the pact of whiteness has been developing in favor of a white-centric world based on racial hierarchies.

**KEYWORDS:** Racism. Pact of whiteness. White privilege.

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Educação de Barra Mansa/RJ. Discente de mestrado no Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIPGLA/UFRJ). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Letras Português pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: danianerafaela2022@gmail.com.



## 1 INTRODUÇÃO

É importante compreender a forma como o racismo age em nossa realidade cotidiana, bem como compreender que as ações da branquitude são voltadas para o olhar que os mantém em sua posição de privilégio. Sobre isso, Gabriel Nascimento (2019) nos diz que a branquitude também adquire marcas do racismo, um exemplo disso é o nascimento de figuras como Hitler, Trump ou Bolsonaro, os quais não acontecem gratuitamente: “Antes do fascismo, o racismo é a condição estruturante que permite que, nessas sociedades, tanto colonizador quanto o colonizado enfrentem os fantasmas da raça criados pelo colonizador.” (Nascimento, 2019, p.112).

Considerando isso, abordarei, no presente trabalho, a definição de racismo e trarei uma reflexão da forma como os brancos assumem posições coniventes à desqualificação das pessoas negras por meio do pacto da branquitude. Tal pacto é uma forma de manutenção da superioridade branca e que, ainda, prevalece sobre a dinâmica do mundo social atual. Cida Bento (2002), por meio de sua tese de doutorado, trouxe o conceito de pactos narcísicos da branquitude, desenvolvendo uma perspectiva científica muito importante, pois o seu estudo sobre a pessoa branca faz com que o negro saia da condição de objeto para se tornar o próprio cientista. Sua tese tornou-se livro em 2022 e consiste em um dos embasamentos teóricos desta pesquisa.

Desse modo, usando uma abordagem metodológica bibliográfica e inserido na Linguística Aplicada Interdisciplinar, que considera a atividade de pesquisa algo voltado à valorização, à heterogeneidade, à fragmentação e à mutabilidade do sujeito social (Moita Lopes, 2018), este trabalho contempla a possibilidade política de construção de outras histórias e de outras formas de sociabilidade. Isto é, para a Linguística Aplicada, as vidas consideradas marginalizadas, do ponto de vista dos atravessamentos identitários, devem ser colocadas no centro. Assim, de certa forma, a Linguística Aplicada contribui para evidenciar o modo como ocorre a relação do negro com a sociedade ocidental.

## 2 O RACISMO

Sabemos que a escravidão foi legitimada por meio de justificativas desenvolvidas pela aliança entre a Igreja e o Estado. Isto é,



A escravidão oficial de africanos e afro-brasileiros durou 349 anos, de 1539, quando foi formalmente extinta pela Lei Áurea. Nesse período, mas de nove mil navios negreiro aportaram na costa brasileira, trazendo a estimativa de 4.900.000 seres humanos escravizados (Samaha, 2021, p.17).

A história do povo negro, no entanto, não começa com a escravidão, porém é valiosa a compreensão desse período para entendermos como o racismo se configura ao longo da história. Grada Kilomba (2020) define o racismo como uma realidade violenta que há séculos é algo fundamental para a ação política da Europa – desde os projetos europeus de escravização e colonização até a atual “Fortaleza Europa”. A autora também coloca que o racismo, muitas vezes, é enxergado como algo delimitado em alguma superfície, sendo periférico e marginal. Assim, o racismo não é visto como algo que faça parte da estrutura social, mas algo de fácil remoção. Isso demonstra uma fraqueza do entendimento e da compreensão do racismo e de seu modo operante em sociedade entre as pessoas.

No entanto, Samaha (2021), ao pesquisar a manifestação do racismo nas organizações empresariais, nos recorda de uma permanente existência de desproporcionalidade entre brancos e negros. Segundo o autor, a população negra apresenta, estatisticamente, as piores condições sociais e econômicas do país relacionadas a educação, a saúde, a habitação, ao emprego, a renda, a violência e a mortalidade. Isso nos mostra que as vantagens à população branca são legitimadas e normalizadas por meio de dinâmicas históricas, culturais, institucionais e interpessoais.

Em relação à formação do negro, Cazusa e Gouveia (2019) colocam que a escolarização da população negra parte de um conflito racial e de instrução pública pois, mesmo com o fim da escravidão, os negros seguem enfrentando grandes dificuldades e consequências de um processo de exclusão. Isso devido ao atraso ao acesso educação do povo negro desenhado pela história e refletido, ainda atualmente, ao que configura problemas na estrutura social.

Quando avaliamos dados da desigualdade entre negros e não negros podemos enxergar o racismo formado por meio de uma estrutura social que se constrói com base na negação e na exclusão de determinados grupos.

Percebe-se que, no Brasil, de fato, o racismo é estruturalmente estrutural, pois vem desde a raiz, entrelaçado. Os pilares da sociedade firmaram-se negando grupos étnico-raciais aqui presentes desde antes da chegada dos portugueses, de tal modo que ainda não está superada a afirmação de que o país foi “descoberto”. Descobrir é diferente de invadir. E não se descobre algo que já tem dono. São esses pequenos detalhes, termos e certas expressões que deturpam consciências, atravessam modos de vida, marcam a subjetividade do outro pela história alterada e pela égide da violência (Arruda, 2020, p. 495).



Destaco, então, que mesmo o racismo sendo definido como uma realidade violenta e visível em sociedade, o quão difícil é colocar o tema em evidência nos diversos âmbitos, pois ele ainda é visto como algo distante da realidade cotidiana. Enquanto mulher negra, vivencio um grande silenciamento das pessoas quando o assunto é o racismo e o lugar da população negra em sociedade. As pessoas, geralmente, não querem tocar nessa ferida e preferem agir como se o racismo fosse algo isolado e secundário.

Como professora de escola pública e como pesquisadora do tema, tenho observado a falta de letramento racial crítico por parte da classe docente, há pouco aprofundamento de conhecimento do assunto entre os professores. Segundo Ferreira (2015), o letramento racial crítico é o ato de refletir sobre raça e racismo, trazendo a possibilidade de enxergar como o entendimento sobre esse assunto é tratado no nosso dia a dia, assim como, compreender como raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas. Portanto, a reflexão sobre o racismo e seus impactos na sociedade são extremamente importantes.

Desse modo, todas as vezes em que a pauta racial entra em questão nos ambientes escolares, nos quais faço parte, muitos professores preferem se calar a desenvolver uma discussão. Isso, de uma certa forma, provoca em mim um certo desconforto interno, uma vez que o mundo branco centrado continua se perpetuando sem muita intervenção da atuação escolar e, assim, “as crianças negras crescem dentro das balizas desses microdespotismos e da interiorização dos limites impostos pela sociedade dos brancos” (Pinheiro, 1991, p. 56).

Grada Kilomba (2020) traz a forma como a pessoa negra é negligenciada até quando a questão está relacionada aos estudos sobre o racismo. Segundo a autora, a maior parte dos estudos sobre racismo ainda desconsidera a importância dos negros como sujeitos e voltam-se para as construções das estruturas sociais e políticas do racismo, dando destaque ao agressor/agressora. Com isso, o destaque é todo dado aos agressores racistas, pois a academia e a mídia lhes dão extrema atenção, enquanto as vítimas do racismo são esquecidas rapidamente. Nota-se, então, um constante apagamento do negro até mesmo quando a questão está relacionada aos estudos sobre o racismo. É perceptível que há um destaque ao branco se perpetuando em diversos âmbitos e um negligenciamento das experiências do negro. Há uma ampla despreocupação quanto as experiências, as lutas, ao conhecimento e aos sentimentos do negro.

Tais fatores só se tornam visível nas esferas públicas e acadêmicas quando a normalidade da cultura nacional branca é subitamente perturbada, quando nossas experiências com o



racismo colocam em risco o conforto da sociedade branca. Nesse momento, nós e nossa realidade com a racismo nos tornamos visíveis, faladas/os até mesmo escritas/os, não porque tal realidade desconfortável perpetua a estável imunidade branca (Kilomba, 2020, p. 61).

Desse modo, não podemos deixar de salientar a importância do reconhecimento da atuação da população negra, de modo a sairmos de uma perspectiva de negação e objetivação para uma perspectiva do sujeito. Segundo Grada Kilomba (2020), é necessário deixar a simples consideração do negro como indivíduo e começarmos a entendê-lo como sujeito dentro de uma realidade social. E compreendê-lo dentro de sua atuação e de suas relações e de seus interesses.

Arruda (2021) conceitua o racismo como um organizador ou um estruturante das configurações sociais e relações de dominação da modernidade. Assim, a maneira como a sociedade brasileira é formada faz com que a constituição do racismo aconteça. Esse conceito é um fator de atuação mais no plano institucional e estrutural do que no plano individual. Desse modo, existe um processo de racialização o qual o racismo opera e coloca a raça como algo constituído pela sociedade. Segundo Guimarães (2016), racialização é o que faz com que um conjunto de sujeitos se torne um grupo racial inferior, ou simplesmente em raça, partindo de características físicas hereditárias, desenvolvidas biologicamente, tomadas pelo absolutismo, e justificadas por uma ideologia relativamente consistente, as vezes embasadas em conceitos consideradas científicos.

Vale ressaltar que essa classificação não acontece de forma afastada, mas envolve questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade. Segundo (Monsma, 2013, p. 3), “a posição predominante entre os cientistas sociais é que raças existem somente como construções sociais, definidas pela interpretação social das diferenças físicas entre grupos humanos”. Desse modo, quando partimos dessa reflexão saímos do lugar em que o racismo é concebido como algo atribuído somente às características biológicas e começamos a refletir as características físicas como construções sociais.

E nessa constituição de raça, o negro é colocado no lugar de inferioridade nas diversas categorias, enquanto o branco no lugar da expressão de poder. Compreender isso é lançar um olhar sobre a estrutura social e sua perspectiva histórica. Já que a história do nosso país mostra o racismo sendo desenvolvido pela prática da escravidão que durante um longo período adquiriu uma grande importância econômica e cultural na formação social. Ao olhar para a história é possível interpretar um racismo constituído no Brasil por meio de raízes históricas vindas da formação social escravista do país.



O Brasil ficou por 349 anos de sua história considerando o negro como uma posse, uma coisa de forma legitimada pelas leis e pela moral religiosa da supremacia branca católica. Por isso, colocar o passado escravocrata em evidência pode facilitar a reflexão da relação dessas cicatrizes históricas com os dias atuais. Uma vez que cultivou-se uma representação de coisificação da pessoa negra baseada em um julgamento de uma raça biológica e culturalmente inferior, o qual permanece imbricado no tecido social e na cultura do país até os dias de hoje (Bersani, 2018).

E sobre os benefícios do branco em sociedade Djamila Ribeiro (2019) nos diz:

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas (Ribeiro, 2019, p. 9).

Sabemos, então, do grande lugar de privilégio da pessoa branca na sociedade, uma vez que “numa sociedade na qual o racismo se encontra enraizado, no qual o padrão normativo é o ser branco, pois ser branco é ser o trabalhador, o pai de família, o aluno modelo e assim por diante” (Ramos, 2023, p.32). Desse modo, o sujeito branco é sempre colocado como o ideal, uma figura frequentemente associada a características como poder, sucesso, beleza e inteligência, enquanto outras identidades raciais e étnicas são colocadas em posições de marginalização e estereótipos negativos.

Para Vargas (2020), o racismo é fruto de uma divisão do mundo social que separa pessoas brancas de pessoas não brancas, submeendo o negro a uma desigualdade resultante da supremacia branca. Esse é um esquema que separa brancos e negros em polos diferentes, levando, assim, à formas de desigualdade. O resultado dessa dinâmica social ratifica a ideologia da supremacia branca.

### **3 O PACTO DA BRANQUITUDE**

Ao entrar nesse tema penso no aniquilamento existente na sociedade, principalmente, das pessoas negras, impulsionada por governos que legitimaram o genocídio com ações como “Fora Dilma”, em 2016, e pela negação do coronavírus, em 2020, no desgoverno de Jair Bolsonaro. Vale ressaltar que a pandemia do coronavírus desenvolveu uma crise social e econômica trazendo o aumento do desemprego, do trabalho informal, precarizado e terceirizado e o aumento do feminicídio, principalmente da mulher negra, entre outras coisas. Vale lembrar, também, que em



2016, com o golpe contra o governo Dilma, o Brasil já passava por grandes problemas e que a entrada de Michel Temer a presidência concretizou uma ruptura com setores populares. Assim, medidas impopulares como reformas trabalhistas e previdenciárias foram fortalecidas por medidas econômicas regressivas. Um importante dado do governo de Michel Temer é o de que todos os seus ministros eram homens brancos.

Tais acontecimentos serviram de autopreservação do racismo e do privilégio branco, principalmente por se alicerçarem no fundamentalismo e, dessa forma, o pacto narcísico da branquitude continua tendo espaço e condições de se perpetuar. Segundo Cida Bento (2022), existe um pacto de cumplicidade entre as pessoas brancas com o intuito de permanência de privilégios que se perpetua no tempo. A manutenção dos privilégios das pessoas brancas acontece nos mais diferentes tipos de instituições e são constantemente velados. Sendo que, na maioria das vezes é disfarçada com o conceito de meritocracia. Acontece que o conceito de meritocracia não abrange todas as respostas que justificariam os benefícios sociais de alguns.

Qual lógica justifica o fato de que em um país onde há mais de 50% da população autodeclarada negra, apresentar lugares de poder ocupados, em sua quase totalidade, por pessoas brancas? Quais dinâmicas e ferramentas ideológicas estão em jogo para assegurar aos brancos a ocupação de posições mais elevadas na hierarquia social, de forma a não gerar questionamento sobre o privilégio racial? Quais as crenças e discursos são direcionadas por sujeitos brancos para que sejam beneficiados na estrutura social e que, simultaneamente, os desresponsabilizam e os isentam dos problemas advindos das desigualdades que afetam aos negros e indígenas em nosso país?

Na verdade, pouco se é dito sobre a existência de uma supremacia branca dentro de todas as organizações da sociedade e o quanto essa supremacia é usufruída pelas gerações brancas atuais. Não refletimos sobre as ideias desenvolvidas por uma herança escravocrata que vem favorecendo a pessoas brancas. A tão famosa meritocracia é uma forma de manutenção do mundo branco, pois nela pouco se discute o lugar de desigualdade em que a população negra foi colocada ao longo da história. Fala-se do esforço para se chegar a um resultado, mas não das dificuldades ao longo do processo. Segundo o dicionário Houaiss (2012) a palavra “mérito” significa “merecimento”, sendo apresentada como: “capacidade: aptidão, empenho, competência, dom, dote, idoneidade saber e talento” (Houaiss, 2012, p. 551). Essa significação é a mais utilizada na nossa sociedade brasileira e em parte de um senso comum, qual seja, de que o merecimento é fruto exclusivo de uma



competência. No entanto, processos históricos e ideológicos precisam ser analisados ao classificarmos o merecimento. Isto é,

Há que se lembrar de que muitas vezes a “competência” exigida está ligada a um tipo de familiaridade com códigos da cultura organizacional adquiridos ao frequentar instâncias mais estratégicas das instituições, bem como quando se tem algum tipo de relacionamento com lideranças de níveis hierárquicos mais elevados. Essa experiência não é acessada, em geral, por grupos que carregam uma herança de discriminação e exclusão (Bento,2022, p. 21).

Vivemos em uma sociedade marcada pela história da escravidão. Infelizmente, mantemo-nos em um projeto de nação estabelecido pelo período pós-abolicionista que coloca a pessoa branca como o centro de todos os processos sociais, tais como de trabalho, de educação, de saúde, entre outros. O capitalismo não se consolidou preocupando-se em proporcionar uma unidade dos direitos civis, políticos e sociais, pelo contrário, sabemos que ele é embasado na desigualdade.

Jessé Souza (2019) nos diz que ao fazermos uma reflexão sobre o mundo social, perceber as hierarquias é a primeira coisa a ser feita. Uma vez que uma das questões centrais da sociedade é o poder, é investigando as relações de poder da sociedade que identificaremos aquele que possui a ação de mandar, sobre aquele que deve obedecer, o grupo que terá direito aos privilégios e o grupo que é abandonado e excluído. E nessa relação de poder temos o negro sendo colocado em posição de inferioridade. O branco sempre se mantém numa situação de poder favorável em detrimento ao negro, isso devido ao fato de que as estruturas hierárquicas são feitas para a prevalência da pessoa branca em posição de destaque. Sobre isso, Cida Bento (2022) diz:

O poder medeia todas as nossas relações com o mundo, isso acontece direta ou indiretamente em nossa mentalidade e implica uma análise do lugar da pessoa negra, o qual deve considerar desde as relações afetivas até as profissionais. É importante mantermos um questionamento sobre a quem pertence esse poder. De fato, os brancos se unem em um projeto de poder e a sociedade se estrutura a partir de uma soberania branca, e isso faz com que não tenhamos direitos aos privilégios financeiros, profissionais e educacionais. É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento,2022, p.18).

Tudo nos é negado para manter os privilégios dos brancos no mundo e isso acontece de forma instituída pela sociedade. Desse modo, muitas questões devem ser levantadas, como o



capitalismo e a disseminação do pensamento neoliberal e a observação do lugar onde estamos inseridos. Segundo Freitas (2020), geralmente, teorias como a do capitalismo e a do pensamento neoliberal são embasadas em estruturas europeias e norte-americanas e limitadas quando reproduzidas em realidades latino-americanas e caribenhas. Por isso, precisamos observar qual situação das sociedades latino-americanas vem sendo complicada para as minorias devido a um fortalecimento do neoliberalismo. Freitas (2020) ainda nos recorda que temos vivenciado nessas sociedades uma intensificação da violência e da precarização de grupos historicamente colocados em posição de submissão. O neoliberalismo operando no capitalismo vem produzindo mais desigualdade social.

Segundo Dunker (2016), o neoliberalismo vai além de uma teoria econômica e política, mas também pode ser visto como uma forma de atingir boa parte da vida psíquica das pessoas, aumentando a competição no mercado e o individualismo, de modo que a solidariedade social seja reduzida. O neoliberalismo embriaga a população por uma ideia individualista, o qual o seu sucesso depende exclusivamente de você e coloca uma venda nos olhos das pessoas sobre as situações de desigualdade social, fazendo com que o senso de justiça seja mediado pelo pensamento meritocrata. Sucesso ou fracasso dependem, exclusivamente, do indivíduo. Não importa o lugar de onde veio, sua história, seu gênero, sua orientação sexual, ou se é branco ou negro. Ele retira a responsabilidade do Estado sobre o indivíduo.

Tendo esse olhar, a autora a seguir traz a seguinte definição de neoliberalismo,

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional caracterizada apropriada a essas práticas (Harvery, 2011, p.12).

Nesse caminhar, a população nem sempre percebe que as formas de trabalho estão cada vez mais insuficientes. O pensamento em torno de liberdade trabalhista disfarça a precariedade produzida pelo neoliberalismo. Assim, o neoliberalismo maximiza a precariedade na medida em que “é estruturado nas instituições do trabalho temporário, nos serviços sociais destruídos e no desgaste geral dos vestígios ativos da social democracia” (referência), estimulando e propagando discursos em favor do “empreendedorismo” como um caminho de acesso ao sucesso econômico enganosamente livre a todos, que se baseia em “fortes ideologias de responsabilidade individual e



pela obrigação de maximizar o valor de mercado de cada um como objetivo máximo da vida” (Butler, 2018, p. 21).

O trabalho vem sendo precarizado e o trabalhador enquadra-se em situações de menos direitos, ou nenhum direito, e isso é naturalizado entre as pessoas. Nesse contexto, o neoliberalismo vem sendo uma nova forma de totalitarismo que amplia a desigualdade de raça e de gênero. De acordo com Cida Bento (2022) isso pode ser observado pelo que estamos vivendo hoje, ou seja, um cenário contra as forças dos direitos trabalhistas, do direito de sindicalização e de negociação coletiva, favorecendo um esvaziamento de órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho, com o objetivo de silenciar os trabalhadores e fechar todos os meios organizados em prol de avanços de reivindicações.

A ideia neoliberal derruba a força dos movimentos do trabalhador e reafirma a lógica colônia. Nessa lógica colonial o poder funciona como um agregador das formas de gênero e raça, gerando um processo de desumanização de corpos não brancos e desenvolvendo uma prática colonial que irá dizer quem é e quem não é humano.

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (Lugones, 2014a, p. 936).

A colonialidade é tomada por uma ideologia de conquista, de domínio e de civilização dos corpos. Existe uma lógica colonial que tem como agente o homem branco, europeu e civilizado. Essa lógica recai sobre os corpos negros garantindo a manutenção das desigualdades sociais, mantendo um antagonismo entre o negro e o branco, assim como uma distância entre as constituições identitárias. É importante compreendermos e manter o foco no fato de que a colonialidade é marcada por fatos históricos que impuseram a hierarquia da pessoa branca.

A história pode nos ajudar a compreender o processo que faz com que brancos assumam posições de superioridade. Munanga (2009) defende que o resgate do conhecimento sobre



desenvolvimento sócio-histórico proporciona um melhor entendimento sobre as definições de identidades de cada grupo. Por conseguinte, manter um olhar sobre a trajetória histórica da pessoa leva a compreensão do espaço e dos contextos ocupados por ela. Assim, o conhecimento histórico deve ser acionado para a compreensão dos lugares ocupados. E pensar que um mundo constituído por uma “humanidade” que sempre negligenciou a “humanidade da população negra”, deve ser superado. Portanto, o conhecimento histórico é um grande aliado no combate à dinâmica de exclusão da pessoa negra.

Ao longo dos últimos séculos, a hegemonia racial branca vem sendo construída por meio da manutenção do poder de diversos setores tais como político, econômico, educacional, entre outros, com medidas que visam beneficiar, injustamente, pessoas de cor branca em detrimento de pessoas negras. De acordo com Pinto e Ferreira (2014), no século XV a Europa era vista como o centro de uma divisão tricontinental, que compreendia, além da Europa, a América e a África. Esses dois últimos continentes eram os territórios explorados, de modo que a América era explorada por seus recursos naturais e por seus proventos mercantis e o continente africano por sua mão de obra escravizada. Assim, quando o Brasil passava por um processo de povoamento e exploração por sua metrópole, a chegada dos negros ao território brasileiro tinha como objetivo servir à demanda por mão de obra escrava.

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens”, e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa (Bento, 2022, p.28).

A história mostra como a influência da Europa sobre o Brasil destaca-se por meio de um embasamento racista. O Brasil se apresentava como um país em processo de mudança nas últimas décadas do século XIX. A monarquia e a escravidão, instituições sobre as quais a sociedade brasileira e o Estado, até então, se assentavam, eram apontadas como empecilhos para a modernização da nação. Temas como a República, a abolição da escravatura e a transição para o trabalho assalariado eram recorrentes entre as elites e os intelectuais que pensavam um projeto de modernização para o Brasil.

Quando o assunto é o conhecimento científico, especificamente, ocorreu grande influência de teorias racistas. Segundo Silva (2018), no século XIX foram traduzidas, divulgadas e estudadas as ideias do racismo científico no Brasil. Isso porque a Europa fez repercutir de forma selecionada suas teorias racistas, priorizando autores do darwinismo social, dando destaque ao conceito de raça



como aspecto de superioridade para a uma determinação de hierarquia racial dos comportamentos e, sugerindo, intensamente, a noção dos males da miscigenação.

Nosso contexto sócio-histórico brasileiro mostra o quanto existiu e existe um ideal de pessoa que é pautada na branquitude. A pessoa perfeita é o ser branco, o que reforça no negro a ideia de negação e de esquecimento de suas origens e características afrodescendentes. E faz com a sociedade se desenvolva por meio do preconceito e da discriminação racial. Assim, há um processo social que deslegitima a luta do povo negro.

O pensamento social brasileiro tem longa tradição no estudo da problemática racial e, no entanto, em quase toda a sua história, as perspectivas teóricas que o recortaram respondem, em grande parte, pela postergação do reconhecimento da persistência de práticas discriminatórias em nossa sociedade (Carneiro, 2011, p. 16).

Desse modo, é fundamental que a educação trabalhe em prol de um pensamento que promova reflexões sobre as dinâmicas sociais presentes na vida e na história dos alunos e saiba mostrar a importância das lutas do movimento negro. Além disso, o trabalho da escola deve ser feito de forma significativa para o aluno, ensinando-o a realizar críticas sobre os processos e práticas excludentes e discriminatórias presentes na sociedade. Mediante o exposto, é importante valorizar uma educação que contemple os atravessamentos raciais, de modo a compreender a luta do povo negro e a se desenvolver com uma prática antirracista.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse artigo mostra, brevemente, os conceitos de racismo e do pacto da branquitude, bem como o modo como esses se perpetuam na sociedade por meio do abastecimento do privilégio branco. Assim, é feita uma tentativa de evidenciar as práticas que corroboram com a manutenção de uma sociedade brancocêntrica e que vem, ao longo da história, construindo e reconstruindo formas de exclusão da população negra. Vale ressaltar que o racismo é uma prática extremamente constante em nossa sociedade e, ao mesmo tempo, silenciada, tal silenciamento é emblemático quando analisamos a dinâmica relacionada à distribuição de educação, trabalho, poder e riqueza. Trata-se, então, segundo Cida Bento (2022, p.18) do fenômeno do “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” e que possui um componente “narcísico, de autopreservação como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’”. Portanto, é importante que exista uma reflexão sobre os lugares direcionados às pessoas brancas e os lugares direcionados



às pessoas negras em sociedade, de modo a gerar a discussão sobre as diversas formas de racismo existentes.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Daniel Péricles. Dimensões Subjetivas do Racismo Estrutural. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. 35, p. 493–520, 2021.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAZUZA, Cristiane Romualdo; GOUVEIA, Sonia de Alcantara. A escolarização da população negra: Uma Profunda Desigualdade entre Brancos e Negros. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 10, n. 2, ago. 2019.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DUNKER, Christian. **Sintoma, mal-estar e sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. Desumanização Reconhecimento e Resistência na América Latina e Caribe : Uma articulação entre a teoria da precariedade de Judith Butler e o feminismo decolonial de María Lugones. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 3, v.3, nº 11, set./dez. 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v.28, n.2. 2016

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss: sinônimos e antônimos**. São Paulo: Publifolha, 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Por uma linguística aplicada interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição, paulista. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal- RN. 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2009.



NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneo da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

SAMAHA, Marcos Baruki. **O privilégio branco sistêmico, as normas raciais e a manifestação do racismo estrutural**: a perspectiva de líderes organizacionais. 2021. 339f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas)- Universidade Presbiteriana Mackensí, São Paulo, 2021.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Bolsonaro. Edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2019.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista USP**, n. 9, p. 45-56, 1991.

PINTO, Márcia Cristina & FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 256–266, 2015.

RAMOS, Carlos Guilherme da Silva. **O legado da raça branca**: racismo e branquitude no livro A integração do negro na sociedade de classes, de Florestan Fernandes. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

VARGAS, João Helion Costa. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020.

WADE, Peter. **Race and ethnicity in Latin America**. Londres: Pluto Press, 1997.

Enviado em: 08/01/2024

Aceito em: 07/10/2024